

Montevideu: um prédio mascarado de palacete

Montevideu: a building masked as a *villa*

Montevideu: un edificio enmascarado de palacete

Montevideu: un bâtiment masqué de *villa*

João Novais Tavares
FLUP
joao.gnovaistavares@gmail.com

Resumo: Construído entre 1942 e 1947, o Palacete situa-se no gaveto entre a Avenida de Montevideu e a Avenida da Boavista, junto ao Castelo do Queijo, apresentando-se como um prédio de rendimento concebido para Carlos Alberto Cabral, 2º Conde de Vizela, com projeto de Homero Ferreira Dias, discípulo do arquiteto José Marques da Silva e membro do atelier deste. O edifício enquadra-se nas práticas e soluções da arquitetura moderna e aplica elementos de linguagem *art déco*, influenciado pelos seus contactos com o meio artístico internacional, bem como com o movimento modernista português, num período em que se estabelece e difunde uma política de gosto por parte do Estado Novo. Assim, procurar-se-á entender a edificação do Palacete num contexto artístico, social e económico particular, bem como as opções tecnológicas e artísticas adotadas no projeto.

Palavras-chave: Palacete de Montevideu; Conde de Vizela; Homero Ferreira Dias; Modernismo em Portugal

Abstract: Built between 1942 and 1947, the *villa* is located in the corner of Avenida de Montevideu and Avenida da Boavista, close to Castelo do Queijo, a “rental building” built to Carlos Alberto Cabral, 2nd Count of Vizela, according with a project of Homero Ferreira Dias, learner of the architect José Marques da Silva and member of his atelier. The building fits into modern architecture’s practices and applies *art déco* style, influenced by international artistic environment, as well as the architect commitment with the Portuguese modernist movement, in a period in which a policy of taste was established and spread by the *Estado Novo*. Thus, an attempt will be made to understand the construction of the *villa* in a particular artistic, social and economic context, as well as the technological and artistic options adopted in the project.

Keywords: Palacete de Montevideu; Count of Vizela; Homero Ferreira Dias; Modernism in Portugal

Resumen: Construído entre 1942 y 1947, el Palacete se sitúa en la esquina entre la Avenida de Montevideu y la Avenida da Boavista, junto al Castelo do Queijo, presentándose como un edificio de renta concebido para Carlos Alberto Cabral, 2º Conde de Vizela, con proyecto de Homero Ferreira Dias, discípulo de José Marques da Silva y miembro de sue taller. El edificio se encuadra en las prácticas y soluciones de la arquitectura moderna y aplica elementos *art déco*, influenciado por los contactos del comitente con el medio artístico internacional, así como del arquitecto con el movimiento modernista portugués, en un período donde se establece y se difunde una política de gusto por parte del *Estado Novo*. Así se intentará entender la edificación del Palacete en un contexto artístico, social y económico particular, así como las opciones tecnológicas y artísticas adoptadas en el proyecto.

Palabras-clave: Palacete de Montevideu; Conde de Vizela; Homero Ferreira Dias; Modernismo en Portugal

Résumé : La villa en étude, construite entre 1942 et 1947, est située à l’angle de l’Avenida de Montevideu et de l’Avenida da Boavista, à côté de Castelo do Queijo, présentée comme un “revenue et bâtiment” construit pour Carlos Alberto Cabral, 2e Comte de Vizela, avec projet de Homero Ferreira Dias, élève de José Marques da Silva et membre de son atelier. Le bâtiment utilise les pratiques et les solutions de l’architecture moderne et applique des éléments de style art déco, influencés par les contacts de l’engagement avec l’environnement artistique international, ainsi que de l’architecte avec le mouvement moderniste portugais, dans une période où est installé et répandre une politique de goût par Estado Novo.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

Donc, nous chercherons à comprendre la construction de la villa dans un contexte artistique, social et économique particulier, ainsi que les choix technologiques et artistiques adoptés dans le projet.

Mots-clés: Palacete de Montevideu; Comte de Vizela; Homero Ferreira Dias; Modernism au Portugal

1. Abordagem contextual

Desde o final do século XIX que a zona da Foz é paulatinamente alvo de particular atenção devido à prática da vilegiatura dos estratos sociais mais elevados da cidade do Porto. Contudo, é essencialmente a partir da década de 1930 que assistimos a uma fixação permanente destas famílias nesta zona, que se estende desde a Cantareira até ao Castelo do Queijo e percorre parte da Avenida da Boavista. Neste sentido, adaptam-se antigas casas de veraneio, como *Serralves* (hoje Museu) ou constroem-se novas habitações que respondam às necessidades dos proprietários, sendo este o caso do Palacete de Montevideu, mandado construir por Carlos Alberto Cabral, 2.º Conde de Vizela, ao qual será aplicada não apenas uma linguagem moderna, mas igualmente princípios que regem a arquitetura moderna.

O palacete carece de investigação, sendo apenas abordado na tese de doutoramento de António Cardoso (Carvalho, 1992: 691-692) e referenciado na obra de Joana Marques no que concerne à exposição de José Marques da Silva e os seus discípulos (Marques, 2015: 151), possivelmente devido ao estudo recair maioritariamente noutros edifícios da família Cabral, nomeadamente a Casa de Serralves e o Palácio Conde de Vizela, pelo que a carência de dados e de estudos recentes sobre este edifício motivam o encetamento da investigação.

Neste sentido, o presente artigo dividir-se-á entre a identificação do proprietário, do arquiteto, e a análise do edifício e do seu contexto urbano, partindo da leitura de diversas obras concernentes à arquitetura moderna (Benevolo, 2017; Bessa, 1994; Caldeirão, 2013; Ramos, 2013; Pacheco, 2013), à construção habitacional portuense (Ferreira, 2017; Ferreira & Rocha, 2018; Pinto, 2012; Pacheco, 1996; Pacheco, 2013); à linguagem de Marques da Silva e dos seus discípulos (Carvalho, 1992), à prática da vilegiatura (Carvalho, 1996), ao desenvolvimento urbanístico (Cunha, 2017; Falcão, 1999-2000; Ferreira & Rocha, 2013; Moura, 2009; Santos, 2012; Vasconcelos, *et al*, 2011) e à análise das licenças de obra do edifício e materiais visuais, das quais se destaca a *Licença de Obra n.º 280/1942* (AHMP) e respetivas “memórias descritivas” e plantas do projeto. Quando ao proprietário é necessário entender quem é e a que família pertence,

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

de modo a traçar-se um perfil do seu grupo social, poder económico, cultura e gosto artístico de modo a compreender-se as suas motivações para a construção do edifício. Tentar-se-á igualmente analisar o arquiteto, qual a sua formação e referentes formais, que justifiquem a escolha de determinadas formas e soluções arquitetónicas. A análise do edifício recairá sobre o local em que se implanta e a linguagem e opções que utiliza, tentando relacioná-la com os movimentos da arquitetura moderna e com a cultura artística presente em Portugal aquando da sua construção.

Imagem 1 – Palacete de Montevideu (1953)



Fonte: Arquivo da Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS), PT FIMS MSMS-4-4.2-03-01-03-Foto1738

A escolha do subtítulo prende-se com a vontade expressa pelo Conde de Vizela na supracitada licença de obras submetida à C.M. do Porto para a construção de um edifício em que “essas fachadas mascarem um prédio de rendimento [...] de modo a fazê-lo aparecer como rica residência de uma única família [...]”¹.

¹ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Licença de Obra n.º: 280/1942*, de 30 de abril de 1942.

2. O Conde de Vizela

Carlos Alberto Cabral nasce, em 1895, no seio de uma família da alta burguesia, filho de Raquel dos Reis e Diogo José Cabral Jr², *capitalista* e industrial do Porto. A família Cabral detinha parte do capital da Fábrica de Fiação Rio Vizela, em Santo Tirso.

Esta fábrica de fiação de algodão, fundada em 1845, contribui para contrariar o abastecimento nacional de fio de algodão. Até então, este era produzido de forma hegemónica por Inglaterra, fragilizando a indústria têxtil portuguesa pela necessidade da importação, pelo que a Fábrica Rio Vizela possui assim uma posição estratégica no mercado nacional, contribuindo para o combate do monopólio inglês³. Esta possuía o estatuto de “parceria mercantil”, uma sociedade de vários industriais e comerciantes (os sócios) distribuída por quotas. António José Cabral, proprietário de uma fábrica de tecelagem na Rua do Príncipe, detinha então 10% da sociedade (Alves & Lacerda, 1995: 4-5). Assumindo-se como um dos administradores, António José Cabral, vai paulatinamente adquirindo uma maior percentagem de quotas, pelo que em 1872, a família Cabral detém 55% do capital, agora dividido pelos herdeiros de António José Cabral, os filhos Diogo José Cabral e Emília Rosa Cabral, bem como a filha desta⁴. Em 1907, altura em que a unidade fabril prosperava, o 1.º Conde de Vizela contava com 69,4% do capital, fruto da transferência das quotas dos seus familiares, por morte destes (Alves & Lacerda, 1995: 14). O que permitirá que a família Cabral detenha um elevado poder económico durante a primeira metade do século XX, aliando-se ao 2.º Conde e Visconde de São Salvador de Matosinhos, através do casamento com a filha deste, Raquel dos Reis.

Deste modo, Carlos Alberto Cabral, 2.º Conde de Vizela, herda um extenso património que lhe permitirá viver de forma confortável, nomeadamente a Quinta de Lordelo e a Quinta de Mata-Sete, em Lordelo do Ouro onde, entre 1932 e 1942, irá criar e alargar a sua quinta de recreio, Serralves (Pinto, 2014: 7-8), onde passará a viver a partir de 1941⁵.

² A quem viria ser concedido o título de “Conde de Vizela”, por D. Carlos I de Portugal. Cf. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Registo Geral de Mercês de D. Carlos I*, liv. 21, fl. 120.

³ Esta fábrica será igualmente inovadora ao ser uma unidade de grande dimensão, num período em que estas eram reduzidas e com um caráter artesanal e domiciliário (Alves & Lacerda, 1995: 1).

⁴ Emília Rosa Cabral e a filha são representadas pelo marido, o Doutor José Pereira da Costa Cardoso.

⁵ Anteriormente, Carlos Alberto Cabral habitava no Palacete Conde de Vizela, na Rua das Carmelitas, n.º 26, cujo projeto é da autoria de Marques da Silva, bem como na sua casa em Biarritz, a *Villa Velleda*.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

Carlos Alberto possui igualmente diversas *leiras no lugar do Queijo*⁶, erguendo aqui o *Casal dos Pinheiros* e a *Vila Mirasol*, onde chegara a habitar (Pinto, 2014: 17). Constrói igualmente em 1928 uma garagem neste terreno, com projeto do arquiteto Marques da Silva (1869-1947).

Após um período de crise financeira, pós-guerra mundial, e um grande investimento num projeto demasiado ambicioso, o Conde de Vizela acaba por vender a quinta de Serralves, em 1953, a Delfim Ferreira, um dos empresários portugueses mais abastados, numa tentativa de salvar a fábrica Rio Vizela⁷, pelo que passará a viver com a sua esposa, Blanche Daubin, no palacete de Montevideu até à sua morte, em 1968.

O Conde, apaixonado pela cultura francesa, mantinha correspondência entre a década de 20 e de 50⁸ com diversos arquitetos e *designers* franceses que colaboram na Casa de Serralves, como Edgar Brandt, Jules Leleu, Jacques-Emile Ruhlmann, Charles Siclis, Jacques Gréber, Ivan da Silva-Bruhns, Alfred Porteneuve e Francis Huet, visitando-os ocasionalmente em Paris, antes e depois da segunda guerra mundial (Carvalho, 1992: 681-688), mantendo-se sempre em contacto com o meio artístico e com os movimentos modernos, o que leva à construção de um gosto estético particular, bem como com arquitetos portugueses, dos quais se destaca José Marques da Silva, com quem trabalha intimamente e visita a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais de 1925, em Paris (Carvalho, 1992: 678).

“O Conde de Vizela, o Visconde de Noailles, o Duque de Grammont, o Barão de Rotschild, em contextos diferentes, tipificam esta clientela bem datada que dirime os gostos em imagens apelativas, de mútuos compromissos e espelhamentos” (Carvalho, 1992: 693).

3. Homero Ferreira Dias

Nascido no Porto, Homero Ferreira Dias (1904-1960) frequenta a Escola de Belas Artes do Porto entre 1924 e 1929, sendo discípulo de José Marques da Silva (Pinto, 2012: 130), em cujo atelier trabalhará contemporaneamente a Ricardo Spratley, David Moreira da Silva, Amoroso Lopes e Manuel Marques. O reconhecimento da importância da inter-

⁶ Cf. Nota de prédios rústicos em nome de Carlos Alberto Cabral. In *Fundo Carlos Alberto Cabral* [Arquivos Serralves]. Disponível em <arquivos.serralves.pt/viewer?id=70394&FileID=68563>.

⁷ A fábrica Rio Vizela apenas será vendida pela família em 1973, após a morte de Carlos Alberto Cabral.

⁸ Excetua-se o período entre 1939 e 1941, devido à II Guerra Mundial, que leva a que grande parte dos contactos seja interrompida por estes arquitetos e decoradores estarem no *front* ou se terem exilado.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

relação entre arquitetura e artes aplicadas, por parte de Marques da Silva, leva a que este matricule Ferreira Dias na Escola de Arte Aplicada (Carvalho, 1992: 193-194). Esta jovem geração contribuirá para uma nova linguagem no gabinete de Marques da Silva, marcada pela *art déco*, com a qual o Mestre contacta na supracitada Exposição de 1925, e por novas formas que conhece aquando da sua visita à Exposição Universal de Gand (1913), na Bélgica, e à Alemanha (1913), onde conhece Leipzig e Dresden (Carvalho, 1992: 336), bem como a Barcelona (1929), na qual Mies van der Rohe marca presença com uma arquitetura racionalista. Estas influências contribuem para que Marques da Silva abandone a linguagem *beaux-artiana* e adote uma que alie diversos conceitos, indo ao encontro de uma linguagem mais contemporânea que começava a ser amplamente divulgada em Portugal através de várias publicações (Pacheco, 2013: 44-45).

Juntamente com os arquitetos R. Spratley e Licínio Perdigão, organiza a I Exposição dos Arquitetos Portugueses do Norte, em 1931, realizado no Palácio da Bolsa (Marques, 2015: 144). Pertence igualmente à Sociedade dos Arquitetos do Norte, onde ocupa cargos de tesouraria e organiza, com o arquiteto Rogério de Azevedo, uma biblioteca sindical, da qual serão diretores em 1940 (Ribeiro, 1993: 218; 248), contribuindo para o desenvolvimento do sindicato e para o conhecimento dos seus associados. Neste sentido, em 1941 o sindicato promove palestras e conferências quinzenais, com a presença de diversos arquitetos, abordando temas como urbanismo e história das corporações (Ribeiro, 1993: 218; 249). Integra ainda a comissão de organização da II Exposição Nacional de Arquitetura⁹, em 1941, bem como o comité organizativo do III Congresso da U.I.A., ocorrido em 1953 no Palácio Foz, em Lisboa (Ribeiro, 1993: 611).

Ao longo da sua carreira, Ferreira Dias trabalhará em projetos como jazigos, garagens, prédios de rendimento, e moradias unifamiliares, pelo que possui conhecimento e versatilidade que lhe permitem projetar diferentes tipologias. A sua linguagem osmótica é devedora das colaborações no atelier de Marques da Silva, nomeadamente no projeto portuense para o Liceu D. Manuel II¹⁰ (1927-1933), onde está presente uma linguagem *art déco*, bem como no concurso para o Liceu Nacional de D. Maria (1931), em Coimbra,

⁹ Embora planeada para novembro de 1941, não se encontra notícia da sua realização.

¹⁰ Atual Escola Secundária Rodrigues de Freitas.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

onde se denota uma adequação formal à imagem do Estado Novo e dos seus edifícios (Carvalho, 1992: 636).

4. Zona da Foz

O palacete implanta-se no gaveto da Avenida da Montevideu e da Avenida da Boavista, pelo que pertence às mais recentes frentes de expansão e requalificação do Porto dos séculos XIX e XX¹¹, a *Foz Nova*. Esta prolonga-se desde a cantareira até ao Forte de S. Francisco Xavier, conhecido como Castelo do Queijo, estendendo-se até à Boavista.

Na sequência dos planos almadinos¹², dá-se a abertura da Rua Nova da Boa Vista em 1784, um novo eixo projetado a partir do Campo de Santo Ovídio¹³ que permitiria a expansão da cidade fora de muros, com ruas largas e fachadas regulares, contrariando a hipertrofia do antigo burgo. A abertura deste novo eixo será interrompida durante as invasões francesas e as guerras liberais, sendo retomada efetivamente em 1836, embora houvesse intenção desde 1824 (Cunha, 2017: 23). A nova etapa de expansão da Rua da Boavista, em 1854, com um carácter acentuado de *boulevard*¹⁴, com ruas mais largas e edificações maiores, tem o intuito de alcançar a frente marítima (Cunha, 2017: 27), o que apenas ocorrerá no início do séc. XX.

Desde meados do século XIX que a frente marítima vinha a receber uma maior atenção devido à prática da vilegiatura¹⁵ e da moda de *ir a banhos*, difundida no caso portuense pela comunidade inglesa (Carvalho, 1997: 9, 51-52), construindo-se assim diversas habitações de veraneio, que assumirão características exóticas, como os *chalets* e os palacetes revivalistas (Carvalho, 1997: 54-57), bem como equipamentos de

¹¹ As freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde, anteriormente pertencentes ao termo de Bouças, serão integradas em 1895 no concelho de Porto, num processo que levará inclusive à construção da Estrada da Circunvalação, em 1897 (Ferreira & Rocha, 2013: 197).

¹² Impulsionado por João de Almada e Melo (1703-1786) e Francisco de Almada e Mendonça (1757-1804), através da Junta de Obras Públicas, criada na segunda metade do século XVIII, tem como objetivo dar resposta ao desenvolvimento económico e ao aumento populacional, procurando desta forma adaptar urbanisticamente a cidade às exigências demográficas, de circulação e de salubridade (Cunha, 2017: 19-21).

¹³ Atual Praça da República. É ampliado em 1782 como resposta ao aumento da população e da atividade económica com as restantes cidades do norte do país, como Braga e Guimarães (Cunha, 2017: 23).

¹⁴ Esta etapa é igualmente marcada pela abertura da Praça da Boavista, atual Praça Mouzinho de Albuquerque, iniciada em 1866 e terminada em 1872.

¹⁵ A Foz deixará paulatinamente de ter uma função comercial, delegada para a zona de Leixões e Matosinhos, devido à construção do Porto de Leixões entre 1884 e 1895. Apenas a Cantareira manterá uma prática da atividade piscatória, embora com uma dimensão local.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

beneficiação local, como o paredão do molhe de Carreiros¹⁶, o Jardim do Passeio Alegre¹⁷ e a abertura da Estrada de Carreiros, em 1864, entre a Foz e Matosinhos. Esta nova via permitirá a edificação de casas apalaçadas segundo um traçado regular, e com um acesso facilitado ao burgo do Porto devido à abertura da *Companhia de Baixo*, primeiramente de tração animal, até ser substituída por veículos a vapor e posteriormente por *elétricos*, que ligavam o Carmo à Avenida de Carreiros (Martins, 2007: 150). Recebe ainda, no final do séc. XIX, iluminação pública e ligação às redes de gás, água e saneamento (Moura, 2009: 79). Esta Avenida de Carreiros, melhorada em 1888, dará lugar às avenidas do Brasil e de Montevideu¹⁸.

Já a abertura da linha do *Americano* na Boavista (a *Companhia de Cima*), entre a praça Carlos Alberto e Cadouços, ocorre em 1872, sendo introduzidos os veículos de tração a vapor em 1878 (Martins, 2007: 13-16) e os *elétricos* em 1912, com a expansão da linha da Boavista até ao Castelo do Queijo (Martins, 2007: 151). A Avenida da Boavista será apenas concluída em 1917, quando interceta a Praça Gonçalves Zarco, apresentando neste último troço características de *boulevard*, à semelhança da perpendicular Avenida de Montevideu. Deste modo, estão estabelecidas duas grandes vias de ligação entre a Foz e o centro do Porto, que permanece o centro económico e comercial da região. Estas permitem igualmente uma mobilidade maior de automóveis, com um significativo incremento no início do século XX, e que caracteriza os estratos sociais mais elevados.

No início do século XX, como consequência de surtos epidemiológicos, desenvolve-se o *Regulamento Geral de Saúde* (1901) e o *Regulamento de Salubridade de Edificações Urbanas* (1903), nos quais se definem e promulgam legislações referentes à higiene e salubridade das habitações e da cidade (Ferreira & Rocha, 2013: 205). Contudo, é na década de 1930 que a Foz é alvo de diversas campanhas de melhoramento e promoção turística, com o intuito de se tornar num dos bairros mais luxuosos da cidade,

¹⁶ Paredão iniciado em 1838 e retomado em 1869. Construir-se-á o segundo tramo entre 1881 e 1885.

¹⁷ O Passeio Alegre, projetado em 1870 pelo arquiteto paisagista alemão Emílio David, será construído entre 1888 e 1892 (Moura, 2009: 70).

¹⁸ A Avenida de Carreiros é renomeada como Avenida do Brasil aquando da implantação da República, em 1910. Já a Avenida de Montevideu será criada apenas em 1926 (Moura, 2009: 93).

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

agora não apenas de veraneio, mas de residência fixa¹⁹, beneficiando do *Plano da Cidade do Porto* (1932) de Ezequiel de Campos, que tem em conta os diferentes estudos ambientais (natural, social e económico), da malha urbana (eixos viários e equipamentos públicos) e financeiros, resultando no pensamento e projeção da expansão da cidade (Ferreira & Rocha, 2013: 210-211), tendo por base os princípios de uma cidade moderna, mas respeitando a pré-existência. O Plano Geral de Urbanização, com a participação de urbanistas e engenheiros italianos, como Marcello Piacentini e Giovanni Muzio, contribuirá para a urbanização da cidade e para a definição de zoneamentos residenciais, com a banda ocidental a receber a alta burguesia, e a área a oriente os bairros e complexos industriais. É ainda de relevar o *Plano de embelezamento da Foz do Douro* (1928), de Manuel Marques. Constroem-se, assim, esplanadas (esplanada do Molhe), passeios e estruturas de *promenade* (jardins da Av. Montevideu e pérgola na Av. do Brasil) e a Praça Gonçalves Zarco, na interseção com a Avenida da Boavista, bem como se melhora a rede de transportes públicos e se regulariza a malha urbana (Vasconcelos *et al.*, 2011: 2-5).

Posteriormente, em 1945, a Comissão de Estudo da Valorização Turística da Foz-do-Douro empreenderá esforços para a dinamização desta zona urbana, com a implantação do Parque da Cidade e a construção de equipamentos que respondam às necessidades turísticas, como um hotel e um casino, assim como as necessidades da população, com a construção de uma “Zona de Desportos” junto ao Castelo do Queijo (Falcão, 1999-2000: 68).

5. Palacete de Montevideu

Para além da Quinta de Serralves, o segundo Conde de Vizela herda diversos terrenos no *lugar do Castelo do Queijo*, adquirindo igualmente pequenas propriedades contíguas a estes. Neste sentido, em 1929, constrói uma garagem neste terreno bem como um muro de vedação, com autoria de Marques da Silva, tendo sido expropriado e obrigado a destruir o muro, em 1931, devido à vontade da câmara em construir uma rua projetada, a Rua Dr. Nunes da Ponte²⁰, entre as Avenidas da Boavista e Montevideu. Este projeto camarário dividiria o terreno em duas parcelas diminutas e desiguais, inutilizando os

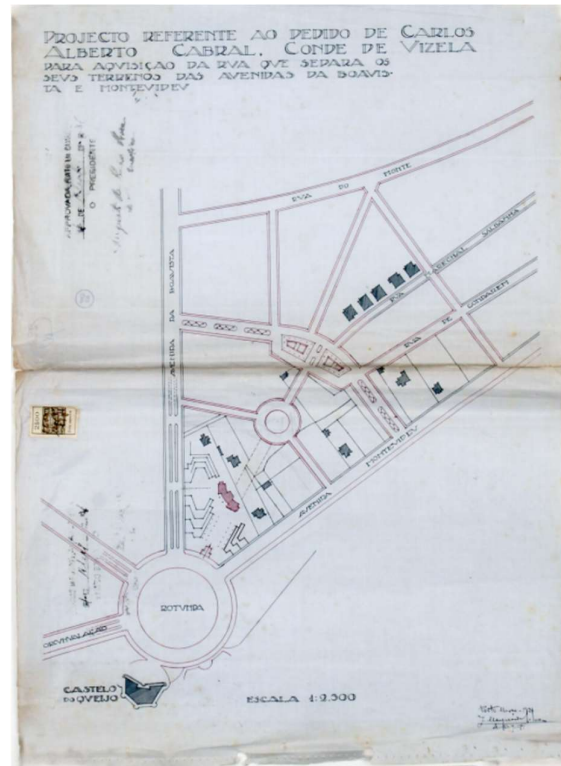
¹⁹ As famílias da aristocracia e da alta burguesia portuense passam progressivamente a abandonar o centro da cidade, optando por viver na periferia ocidental, nas antigas casas de veraneio, como o caso de Serralves, ou em habitações construídas na nova Avenida da Boavista e avenidas e ruas subsidiárias.

²⁰ Cf. AHMP, *Licença de Obra n.º: 39/1931*. fl. 222-224.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

projetos do Conde de aproveitamento destes terrenos, nomeadamente para a construção de um “prédio contíguo”²¹, pelo que o Conde alega “superiores condições estéticas”²² como motivo para a não construção da referida rua. Em 1940, acabará por aumentar o edifício do *Casal dos Pinheiros*.

Imagem 2 – *Lugar do Queijo* e projetada Rua Dr. Nunes da Ponte (a tracejado carmin)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Licença de Obra n.º: 39/1931*. fl. 225

O muro que veda o gaveto da Avenida da Boavista e da Avenida de Montevideu é (re)reconstruído em 1938, sob direção de Marques da Silva²³, sendo reajustado no contexto do projeto da construção do palacete, a saber, a abertura deste para a inserção de um portal de entrada, bem como a destruição de parte do muro que atravessava o terreno.

O Palacete de Montevideu é projetado em 1942 por Homero Ferreiras Dias, com quem o Conde de Vizela poderá ter contactado através do atelier de Marques da Silva.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

²³ AHMP, *Licença de Obra n.º: 615/1938*.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

Projetado para ser construído em vinte e quatro meses²⁴, o palacete apenas estará concluído em 1947, devido a modificações ao projeto pelo próprio Conde, assim como pela dificuldade em obter-se os materiais necessários, nomeadamente os componentes para o cimento armado, devido à segunda Guerra Mundial, o que leva a que seja pedido por duas vezes à Câmara Municipal uma licença para dilatar o prazo de execução da obra em um ano²⁵.

Imagem 3 – Alçado principal do Palacete de Montevideu



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Licença de Obra n.º 280/1942*, fl. 45

A 30 de abril de 1942, Carlos Alberto Cabral submete à Câmara Municipal do Porto um pedido para a construção de uma “grande habitação compreendendo numerosas dependências de vastas dimensões”²⁶, sendo que este prédio de rendimentos²⁷, dividido em quatro apartamentos independentes, é unificado esteticamente pela fachada, de modo a assemelhar-se a uma “rica residência de uma única família”²⁸.

²⁴ AHMP, *Licença de Obra n.º: 280/1942*, fl. 31.

²⁵ Cf. *idem*, fl.51 e 55.

²⁶ Cf. *idem*, fl. 3.

²⁷ “propriedade fraccionada e edificada em meio urbano, com sistemas distributivos comuns a partir de um só acesso comum desde a via pública para várias fracções, e destinada, ainda que não exclusivamente, à habitação” (António Capelo *apud* Ferreira, 2017: 173).

²⁸ In AHMP, *Licença de Obra n.º: 280/1942*, fl.3.

As habitações plurifamiliares são projetadas de modo a terem tanto espaços autónomos como comuns às diferentes famílias, como é o caso dos *halls* de entrada do prédio, podendo estas habitações, distribuídas em diferentes níveis, serem arrendadas, de modo a agirem como fonte de rendimento. Esta tipologia terá como modelo os palácios do século XVII (Barata Fernandes, 1999 *apud* Ferreira, 2017:152). No caso português, à semelhança de outras cidades fortemente mercantis, há uma ocupação das casas burguesas (unifamiliares) por diversas famílias, a partir de meados do século XVIII, rentabilizando-se o pouco espaço existente no burgo (Ferreira, 2017: 153-154). De notar que as habitações de tipologia plurifamiliar são profundamente teorizadas nos seguintes séculos, levando à criação de grandes complexos habitacionais, sendo estes concentrados num só bloco, ou apresentados em diversas células idênticas *em banda* (Ferreira, 2017: 156-159), sendo algumas destas propostas apresentadas igualmente através de pavilhões ou maquetes em exposições internacionais. Contudo, o prédio projetado para a Avenida Montevideu não resulta de uma ocupação e adaptação de uma casa burguesa, nem se coaduna com esta conceção modernista de habitação de massas. Em todo o processo, o Conde de Vizela terá uma grande preocupação com a estética, comodidade e higiene do edifício, bem como com a salubridade e a comodidade das dependências destinadas à criadagem, colaborando intrinsecamente na conceção do edifício com o arquiteto, à semelhança do que fizera na *Casa de Serralves*.

Esta habitação possui um esquema simples e geometrizarante, tirando partido de novas técnicas, materiais, e linguagens da arquitetura moderna, bem como de pormenores decorativos reminiscentes da *art déco*²⁹, devido a uma nova expressão que ganha força no Porto nas décadas de 1920 e 1930, fruto da influência exercida por publicações como *Une Cité Moderne* ou exposições internacionais nos arquitetos (Pacheco, 2013: 39-40). Abandona-se os revivalismos e ecletismos e procura-se uma aproximação ao Movimento Moderno Internacional, pautado pela elegância, depuração e racionalismo (Ferreira & Rocha, 2018: 68-72). Carlos Alberto contacta com este gosto estético na Exposição de Artes Decorativas de 1925³⁰, em Paris. O projeto revela ainda influência de Charles Siclis,

²⁹ Estes pormenores *art déco* figuram principalmente ao nível da serralharia artística e na inserção de elementos geométricos simples e esquemáticos na composição, sendo esta contenção da *art déco* habitual na arquitetura portuguesa (Pacheco, 1996: 99).

³⁰ Esta Exposição permitiu reunir um conjunto de pavilhões internacionais com o intuito de exhibir as artes decorativas e industriais, marcadas por uma linguagem moderna e elegante, com estilizações de motivos

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

com quem o Conde trabalha na Casa de Serralves, apresentando-se formalmente como uma *villa* de veraneio da Foz ou de Biarritz, onde o Conde residia esporadicamente e Siclis possuía um atelier. Não obstante, manter-se-á um compromisso com a *arquitetura nacional*, através dos ideais do *estilo nacional*, difundidos pelo Estado Novo, onde estão presentes o tradicionalismo e a sobriedade. Não obstante, concilia com a modernidade pretendida pelo Conde³¹, aproximando-se em certa medida da conceção arquitetónica de Perret e Garnier, baseada numa linguagem classicizante, pautada pela geometria, simetria e clareza, e que tira partido de sistemas construtivos modernos, como o betão armado, e de preocupações higienistas, como a ventilação e iluminação natural (Benevolo, 2017: 335-341; 348), mas também do racionalismo moderado que impera na obra de Mallet-Stevens, arquiteto que influencia o panorama nacional (Pedro Vieira de Almeida *apud* Pacheco, 2013: 48).

“[...] la tradizione francese celebra il suo tramonto nella grande Exposition des Arts Décoratifs del 1925 a Parigi. L’anziano Charles Plumet [...], Perret, Sauvage, Garnier e il giovane Robert Mallet-Stevens (1886-1945) portano tutte le sfumature del gusto contemporaneo, dall’*antico* al *moderno*, ormai unificate in una formula – Art Déco – che avrà lunga vita nel tempo” (Benevolo, 2017: 344).

No segundo quartel do século XX, com o advento do Estado Novo (1933) e a procura da legitimação do regime, nomeadamente com a *Exposição do Mundo Português* (Alcântara, 2020: 305), há um impulso da valorização do “espírito nacional”, a *portugalidade*, que se manifestará nas mais diversas áreas, sendo uma destas a arquitetura, onde o regime tentará impor uma política de gosto. Recupera-se assim a ideia da *casa portuguesa*, com desenvolvimento desde o século XIX, e que procura uma arquitetura que reflita a cultura e o modo de habitar em Portugal, tendo como principais teóricos Raúl Lino e Ventura Terra. Neste sentido, procura-se o *estilo nacional*, sendo este simples e económico e com a aplicação de elementos *pittorescos* como o beiral pronunciado, vãos emoldurados, existência de alpendres e escadarias, entre outros, e que se adapte à sociedade contemporânea (em constante mutação) e às suas necessidades (Ramos, 2013:

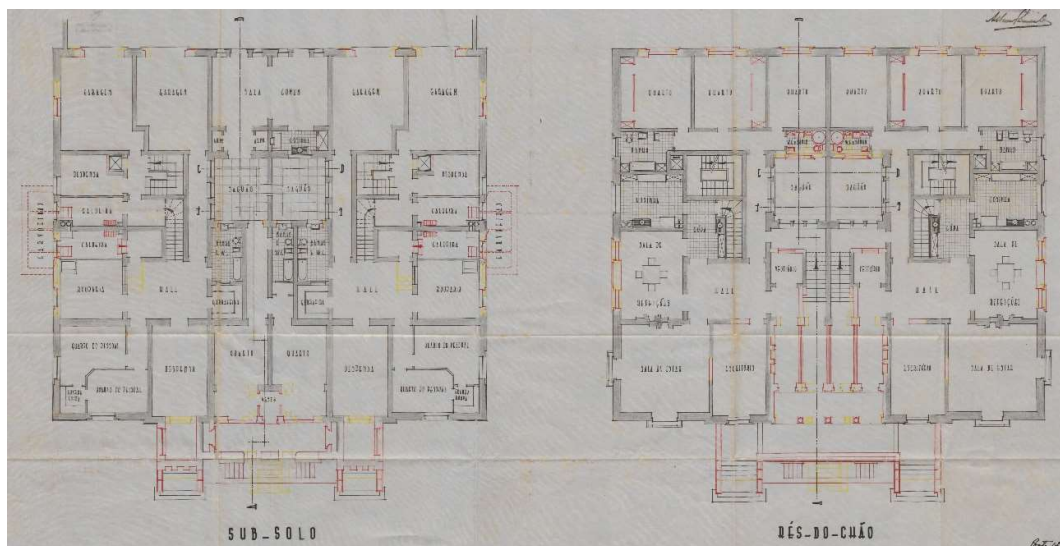
vegetalistas e geometrizes, bem como pela depuração. Afirma Paris como centro desta indústria. É igualmente um palco para a arquitetura moderna através dos pavilhões (Maenz, 1974: 137-141).

³¹ O *Palacete de Montevideu* apresenta semelhanças formais com o *Hotel Infante Sagres*, com projeto de Rogério de Azevedo de 1945, e construído em 1951, nomeadamente na depuração estética e geometrizar do volume do edifício e na ornamentação dos vãos, concentrada na moldura quadrangular em alvenaria, dispostos simetricamente.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

3-4). Esta política de gosto do Estado Novo, organizada por António Ferro³², é influenciada pelas novas tecnologias e materiais provenientes da industrialização da arquitetura e pelos projetos de linguagem modernista apresentados nas exposições internacionais (Bessa, 1994: 138). Será maioritariamente aplicado a obras públicas, conquanto tenha repercussões na arquitetura habitacional de comitência privada. Os liceus nacionais são exemplo desta nova política, sendo abertos concursos públicos onde se apresentam arquiteturas de matriz modernista, marcadas pela depuração e racionalismo, como são exemplo as obras de Carlos Ramos e do ateliê Marques da Silva, embora se mantenha um registo de sobriedade pretendido pelo regime, o que permitirá a coexistências do modernismo e do *estilo português* como opções a serem utilizadas em território nacional. As encomendas privadas permitem uma maior liberdade criativa aos arquitetos, que podem assim testar e pensar a “casa moderna”, destacando-se neste campo os arquitetos portuenses, ligados a Marques da Silva.

Imagem 4 – Planta do Palacete de Montevideu (subsolo e rés-do-chão)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Licença de Obra n.º 280/1942, fl. 43

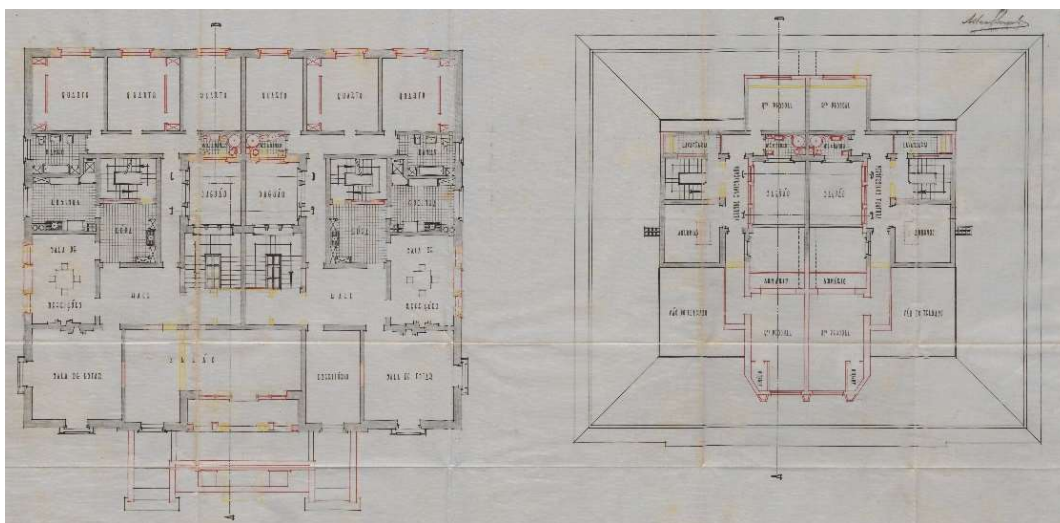
Com uma planta retangular, em torno de um saguão central, o palacete é dividido em quatro apartamentos independentes, distribuídos por quatro níveis, sendo o primeiro (o subsolo) destinado às garagens, com acesso pelas traseiras, e às dependências do pessoal

³² Através da direção do SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) (Caldeirão, 2013: 22).

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

dos apartamentos do segundo nível (o rés-do-chão), e o quarto nível (o sótão) destinado ao pessoal dos inquilinos do terceiro (1.º andar)³³. Esta organização espacial prende-se com o próprio estilo de vida dos futuros inquilinos, pertencentes a uma classe socioeconómica privilegiada, definindo-se áreas privadas, sociais e de serviço, o que “normalmente impunha um esquema de cave, rés-do-chão e primeiro andar com espaços bem definidos” (Pacheco, 1996: 44).

Imagem 5 – Planta do Palacete de Montevideu (1.º andar e sótão)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Licença de Obra n.º 280/1942, fl. 44

Desde o início que são projetados espaços para a casa das máquinas para o aquecimento central do edifício, através de caldeiras; para dois monta-cargas, para o transporte de bens entre o subsolo e o 1.º andar; condutas de lixo e saneamento; bem como acesso à água e luz da companhia. É ainda previsto a construção de uma habitação para o porteiro na parte central do edifício, no subsolo³⁴. A comunicação entre níveis é feita exclusivamente pelas escadas internas, igualmente independentes para cada apartamento, visando uma maior privacidade.

Pretende-se que a maioria das paredes seja em alvenaria de pedra, devidamente argamassada, com algumas a serem construídas em alvenaria de tijolo, devendo-se evitar as vigas de betão e o ferro nos pavimentos. Contudo, o cimento-armado acabará por ser

³³ Cf. AHMP, *Licença de Obra n.º: 280/1942*.

³⁴ *Ibidem*.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

utilizado nas vigas, nas escadas interiores, e nas lajes, com tijolos escalados do tipo *Fábrica Cerâmica Lusitânia*³⁵. Seguindo sistema construtivo tradicional, as paredes exteriores permanecerão como portantes. A cobertura, em águas múltiplas, recebe telhas do tipo marselhesa. A fachada, em cantaria argamassada, é rebocada³⁶ com tratamento de carapinha de cimento e areia colorida de tom neutro, recebendo igualmente pormenores em cimento e areia colorida que imita o trabalho de cantaria, como as guardas dos balcões e a arcaria de entrada.

O Conde alterará o projeto por diversas vezes³⁷. Contudo, manterá sempre o aspeto formal da casa praticamente inalterado. Estas alterações passam pelo avanço da fachada principal (voltada para a Av. Montevideu) alinhando-a com os restantes edifícios da avenida, com doze metros de distância da via pública³⁸, e modificação do portão de entrada e acessos ao edifício³⁹. Altera igualmente as caldeiras do aquecimento central para o espaço destinado às carvoeiras, por ser mais iluminado e arejado, bem como o armazenamento do combustível que passa a ser feito num local externo contíguo à casa e no subsolo, reduzindo o perigo de incêndio⁴⁰. “Por insistência do Exm.º Proprietário houve que aceitar-se a ideia de condenar o átrio de entrada principal”⁴¹, pelo que ao invés da entrada do edifício ser comum aos quatro apartamentos, esta passa a ser dividida desde o pórtico de entrada, devendo para tal ser constituída por quatro arcos ao invés de três⁴², ornamentados por três *tondi* com motivos vegetalistas. O acesso a este pórtico passa a ser feito por duas escadarias laterais. Outras alterações mencionadas correspondem à modificação do local, número ou largura dos vãos, de modo a aumentar a salubridade das várias divisões do edifício, bem como alterações aos interiores, como a inserção de “armários-roupieiros anexos”⁴³.

³⁵ Cf. *idem*, de 27 de abril de 1942.

³⁶ As fachadas rebocadas são difundidas na arquitetura portuense a partir da década de 1920, por impulso da *art déco*, dando uma maior luminosidade ao edifício, e contrastando com monotonia conferida pelas arquiteturas tipicamente graníticas do Porto (Ferreira & Rocha, 2018: 68-70).

³⁷ Nomeadamente o requerimento nº 13211 (19.06.1942), nº 5972 (02.02.1944) Cf. AHMP, *Licença de Obra n.º: 280/1942*, fl. 27, 37.

³⁸ Cf. *idem*, fl.28.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Cf. *idem*, fl. 38.

⁴¹ *Idem*, fl. 39.

⁴² Cf. *ibidem*.

⁴³ Cf. *idem*, fl. 39-40.

Cada dependência do corpo de pessoal das habitações do primeiro nível, com acesso ao saguão, possui dois quartos e uma casa de banho⁴⁴, bem como os equipamentos necessários aos inquilinos, como rouparia, sala da caldeira e caldeiras contíguas, garrafeira e despensa. Já a habitação do porteiro, igualmente com acesso ao saguão, possui apenas dois quartos, vestuário e casa de banho. É de relevar a existência de uma área comum a estas três dependências, nomeadamente uma sala comum e uma cozinha, no lado oposto do saguão, possibilitando o convívio do pessoal e a fruição do tempo livre.

As habitações do rés-do-chão e do 1º andar são constituídas por três quartos (dois destes com armários) na zona posterior do edifício, por ser mais calma ao ser afastada da via pública; duas casas de banho, cozinha, sala de jantar, sala de estar, escritório. A copa permite uma transição entre o espaço funcional (cozinha e escadas de acesso às dependências do pessoal e à garagem) e o restante apartamento. Apenas as habitações do rés-do-chão possuem vestuários. Numa das habitações do 1º andar, a sala de receber e o escritório são fundidos num só espaço, o que permite uma maior entrada de luz e um melhor arejamento, bem como um acesso facilitado à sacada, com o “belo panorama que dali se desfruta”⁴⁵. Esta sacada possui uma guarda pautada por balaústres ao centro. Todos os apartamentos possuem vãos no corredor voltados para o saguão e no vão de escadas (onde as janelas são de maiores dimensões), sendo que este saguão é visualmente dividido, o que confere maior privacidade aos apartamentos.

Por outro lado, se a garagem, sala das caldeiras e a despensa das habitações do 1ª andar encontram-se igualmente no subsolo, o acesso a estas é feito de forma autónoma através de um vão de escadas interno que conduz à copa no terceiro nível e ao sótão, onde se encontram as dependências da criadagem, cada uma com dois quartos, casa de banho, sala de arrumos e lavandaria. Voltada para o saguão existe uma “varanda envidraçada”, permitindo a entrada abundante de luz. O sótão é igualmente alvo de alterações ao projeto original, aproveitando-se melhor ao reduzir o vão do telhado, o que permite aumentar as dependências do pessoal. Posteriormente, é acrescentada uma pérgola⁴⁶ *art déco* no último nível, interligando-se este ao 1ª andar, onde o Conde habitará.

⁴⁴ Todas as casas de banho do edifício são equipadas com sanitário, banheira, lavatório e *bidet*.

⁴⁵ *Idem*, fl. 39.

⁴⁶ Note-se que a pérgula para além de ser um elemento presente nas arquiteturas de vilegiatura e nos equipamentos urbanos, passa igualmente a associar-se às casas modernas portuguesas a partir da década de 1930 (Trevisan, 2013: 49).

Atualmente encontra-se sobre proteção legal ao abrigo da classificação da Avenida Montevideu e do Passeio Marítimo como Conjunto de Interesse Público. Mantém a mesma aparência externa, apesar da modificação do seu uso (agora uma clínica privada), tendo-se apenas acrescentado um pequeno anexo no portal de entrada direito, assumido enquanto elemento contemporâneo, sem que haja um confronto visual com a pré-existência. O jardim circundante à casa deu lugar à construção de prédios de habitação, mantendo-se, contudo, a harmonia e a leitura do palacete.

6. Considerações finais

O Palacete de Montevideu é, assim, um exemplo prático da arquitetura moderna em Portugal, ao utilizar formas simples e depuradas, evocando desta forma um senso classicista, contrário a certas correntes modernistas, conciliadas com sistemas construtivos modernos, nomeadamente a utilização do betão armado, permitindo uma melhor sustentação dos diferentes níveis e uma redução dos elementos de suporte. De notar que ao nível da sustentação do edifício não se recorre a pilares de betão armado, como seria expectável, permanecendo o emprego de muros em alvenaria de pedra. Não apresenta uma planta livre, elemento presente no *estilo internacional* e demais movimentos modernistas na arquitetura, mas antes uma sucessão de espaços, embora haja uma preocupação com a suas dimensões e a fluidez entre estes. Revela, assim, o cumprimento da vontade expressa do comitente em manter-se próximo da arquitetura mais tradicional. A linguagem *art déco* é empregue em diversos elementos do edifício, conferindo uma estética já associada ao Conde de Vizela, através da sua aplicação em edifícios dos quais é comitente, como a casa de Serralves, outorgando ao edifício uma áurea elegante e cosmopolita que se coaduna com o espaço envolvente e a imagem pretendida para a Foz como um dos bairros luxuosos do Porto. Embora não seja comum a tipologia de prédio de habitação plurifamiliar na frente marítima aquando da sua construção, o edifício é apresentado como uma única residência, enfatizado pela unidade da fachada e pela comunhão do terreno arborizado e vedado em que se insere, e antecipando a transformação que se sucederia na vizinha Avenida do Brasil nas décadas seguintes, com a construção de prédios plurifamiliares. Neste sentido, embora apresente semelhanças com as restantes moradias de vilegiatura da Foz, deve ser entendida enquanto resultado de um contexto diferente, ao ser um prédio de rendimento destinado à residência permanente.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

Por outro lado, Homero Ferreira Dias assume-se assim como um arquiteto versátil, visto projetar no mesmo período diferentes tipologias habitacionais com diferentes linguagens arquitetónicas, cabendo-lhe sobretudo neste projeto a conciliação dos diferentes planos pretendidos por Carlos Alberto Cabral e a sua materialização técnica. O Conde revela ser o principal responsável pela conceção deste edifício ao ter expresso vincadamente a sua vontade e ao intervir e agir de forma direta ao longo de todo o processo, nomeadamente na opção dos materiais; na sequência das divisões, com escritório, sala de estar, sala de refeições e salão, próprias de um grupo social particular; assim como na estética geral do edifício, aparentemente uma *rica residência de uma única família*, onde se denota similitudes com as *villas* de vilegiatura do sul de França, com o qual o Conde tem um grande contacto. É assim uma materialização do gosto dos proprietários por determinadas formas, conforto e luxo, adaptando-o aos modelos seus contemporâneos e agindo como difusor de soluções formais e arquitetónicas.

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

Fontes e Bibliografia:

Fontes:

Anuário da Nobreza de Portugal, Vol. I, II, III (1985-2006), Lisboa, Instituto Português de Heráldica.

Arquivo da Fundação Serralves (AFS), *Carlos Alberto Cabral*

Arquivo da Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS), *PT FIMS MSMS-4-4.2-03-01-03-Foto1738*

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Registo Geral de Mercês de D. Carlos I*, liv. 21, fl. 120.

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Licença de Obra n.º: 39/1931*.

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Licença de Obra n.º: 615/1938*.

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Licença de Obra n.º: 280/1942*.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coordenação) (1989), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Volume III. Lisboa, Editorial Enciclopédia.

Bibliografia:

ALCÂNTARA, Ana (2020), “A Exposição do Mundo Português (1940)” in Albérico Costa (coord.), *Setúbal no centro do mundo. 165 anos do jornal O Setubalense*, Setúbal, Primeira Hora – Editora e Comunicação.

ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvestre (1995), “Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela: As origens”, *O Tripeiro*, VII série, ano XV, n.º 1-2 (janeiro/fevereiro) e n.º 3 (março).

BENEVOLO, Leonardo (2017), *Storia dell'architettura moderna*, Bari, Editori Laterza (33ª edição).

BESSA, Isabel Teixeira Dias de (1994), “Arquitetura e Memória do Estado Novo ao 25 de abril: o Liceu Júlio Dinis / D. João III / José Falcão de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 16, pp. 135-159.

CALDEIRÃO, Teresa (2013), *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Covilhã, Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior.

CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de (1992), *O arquiteto José Marques da Silva e a arquitetura no norte do país na primeira metade do séc. XX*, Dissertação de

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

Doutoramento em História da Arte, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

CARVALHO, Maria Filomena Barros de (1996), *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CUNHA, Maria Manuela dos Reis (2017), *Boavista, uma avenida na história da cidade: o contributo da análise de variâncias e permanências para as estratégias de intervenção*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

FALCÃO, Mário (1999-2000), “O Porto, os planos municipais e o turismo”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XV/XVI, pp. 63-78.

FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2013), “Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952”, *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, vol. 4, pp. 191-230.

FERREIRA, Nuno Paulo Soares (2017), *A arquitetura residencial portuense na primeira metade do século XX: Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias – Volume 1*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2018), “Trajetos da arquitetura civil na cidade do Porto do século XIX à primeira metade do século XX” in Manuel Joaquim Moreira da Rocha (coord.), *História da Arquitetura – Perspetivas Temáticas*, Porto, CITCEM, pp. 63-83

FRANÇA, José-Augusto (2009), *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Livros Horizonte.

MAENZ, Paul (1974), *Art Déco: 1920-1940*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

MARQUES, Joana (2015), *Reconstituição biográfica dos arquitetos representados na exposição de 1953: “Marques da Silva Exposição conjunta das principais obras do Mestre e de alguns dos seus discípulos”*, Porto, FIMS – Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva.

MARTINS, Fernando Pinheiro (2007), *O Carro Elétrico na Cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado em Transportes, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

MONIZ, Gonçalo Canto; SÁ, Manuel Fernandes de (2009), “Liceu Rodrigues de Freitas (1918-1932)”, in *Obra aberta. Ciclo “Obra Aberta”*: visitas guiadas a obras da autoria

João Gadelho Novais Tavares – *Montevideu: um prédio mascarado de palacete*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 101-122. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2o1

do arquiteto José Marques da Silva, Ordem dos Arquitetos – Secção Regional Norte. Disponível em http://www.oasrn.org/pdf_upload/091102_visita07_nov.pdf

MOURA, Nuno Augusto Monteiro de Campos (2009), *A Foz do Douro: evolução urbana*, Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PACHECO, Alexandra Trevisan (1996), *A arquitetura Artes Déco no Porto*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PACHECO, Alexandra Trevisan (2013), *Influências internacionais na arquitectura moderna no Porto (1926-1956)*, Tese de Doutoramento, Valladolid, Universidade de Valladolid.

PINTO, Ana Isabel Ferreira (2012), *Da arquitetura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

PINTO, Maria Inês Veludo Peinado Ferreira (2014), *Serralves e o Vale do Ave: Contributos para um Roteiro de Paisagem*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagística, Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

RAMOS, Rui Garcia (2013), “Casa Portuguesa” in Fernanda Rollo (dir.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I: A – E, Lisboa, Assembleia da República.

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo (1993), *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa (1963-1953)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SANTOS, Gael Philippe Machado (2012), *Avenida da Boavista - o início e o fim: Praça da República/Rotunda da Boavista/Foco*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

VASCONCELOS, Domingas R.; RIO, Francisco Sousa; DIAS, José Resende (2011), *A frente marítima do Porto: uma paisagem urbana a salvar e valorizar*, Porto, II Encontro CITCEM – O Mar: Patrimónios, Usos e Representações. Disponível em https://www.citcem.org/encontro/pdf/new_02/TEXT0%20-%20Domingas%20Vasconcelos,%20Francisco%20Rio,%20Jos%C3%87%20Dias.pdf